



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

**L E I 2 4 5 5, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022**

#### **PUBLICADO**

Edição: 2012

Data: 20/09/2022 Pág. 98

Boletim Oficial  
Município de Telêmaco Borba-PR

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A CONCESSÃO DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ,** faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 81, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I DA DESTINAÇÃO**

Art. 1º Nos termos do artigo 7º, XVII, art. 14 e art. 17, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Telêmaco Borba, fica o Poder Executivo autorizado a proceder à concessão das áreas internas e externas, mediante procedimento licitatório, do imóvel pertencente ao Município, localizado na Avenida Prefeito Cacildo Batista de Arpelau, nº 490 – Centro, atualmente utilizado como Terminal Rodoviário Municipal.

Parágrafo único. A concessão de que trará esta lei tem como objetivo principal o atendimento de programas municipais voltados a fomentar à distribuição e comercialização de produtos artesanais e daqueles oriundos da agricultura familiar local.

#### **CAPÍTULO II DA DIVISÃO E ESTRUTURA**

Art. 2º Para os fins desta Lei, a Rodoviária Municipal é subdividida em unidades para atividade comercial com as seguintes denominações:

I - boxes: as unidades que fazem parte da estrutura inicial do prédio que abriga o Terminal Rodoviário;

II - áreas livres: as unidades ladeadas na parte interna do prédio do Terminal Rodoviário, cuja estrutura foi construída posteriormente e são denominadas Shopping Popular e Feira Verde.





# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

§ 1º As unidades previstas no inciso II serão demarcadas e numeradas, por meio de planta baixa local, as quais devem constar no decreto regulamentador e no Edital do procedimento licitatório.

§ 2º As reformas e manutenções da estrutura e dependências do prédio da Rodoviária Municipal serão custeadas pela Prefeitura Municipal, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal do Trabalho e Indústria Convencional, enquanto a instalação e manutenção dos boxes e áreas livres serão de responsabilidade dos concessionários.

§ 3º A autorização de constituição de novas áreas livres dependerá da presença do interesse público e deverá ser constituída na forma prevista nesta Lei, por meio do devido processo licitatório.

#### **Capítulo III**

#### **DO REGIME DE USO E DAS CONDIÇÕES**

Art. 3º Os espaços serão ocupados em regime de concessão de uso, onerosa, contratual, originada por regular processo de licitação.

§ 1º São proibidas, a partir da promulgação desta Lei, as transferências, as cessões, as locações e/ou as alienações do espaço licitado, a qualquer título, bem como a concessão de uso ao cônjuge de concessionário e/ou à pessoa que já participe de sociedade empresarial detentora da concessão de uso.

§ 2º É vedada a concessão de uso estabelecida nesta Lei para servidor público municipal, observando ainda a necessidade de declaração de não parentesco/ ou vínculo com servidores lotados na Secretaria ordenadora da despesa, bem como, com os servidores lotados no órgão licitante.

§ 3º Os boxes ou áreas livres que se verificarem, ocupar-se-ão mediante regime de concessão de uso, nos termos do caput deste artigo.

§ 4º Sendo o concessionário casado, a concessão será outorgada em nome de ambos os cônjuges, independentemente do regime de bens estabelecido para o casamento e desde que a situação pessoal de ambos seja compatível com o que esteja estabelecido nesta Lei.

§ 5º Formalizada a concessão de uso por meio de lavratura do competente contrato, proceder-se-á à inscrição nos órgãos municipais, a fim de cadastramento do concessionário.





# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

§ 6º No caso de falecimento do concessionário, será admitida a transferência da sua concessão de uso aos seus herdeiros, respeitada a ordem de vocação hereditária.

§ 7º O espaço denominado FEIRA VERDE, quando do interesse público, poderá ter sua cessão de uso voltado para apoio à distribuição e comercialização de produtos oriundos agricultura familiar e incentivo ao associativismo e cooperativismo.

Art. 4º A cessação da concessão implicará na desocupação do espaço e na retirada de todos os pertences e objetos que não sejam do Município, no prazo de 05 (cinco) dias, independentemente de notificação.

Parágrafo único. Caso o ex-concessionário não retire seus bens do local, estes serão depositados em local próprio; não sendo retirados do local depositado em 03 (três) meses, contados da data prevista no caput, decairá para o interessado do direito de retirada e os bens depositados serão tidos como abandonados, revertidos imediata e consequentemente ao patrimônio municipal, podendo-se assim ser dado àqueles o destino que a Administração Municipal julgar conveniente.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO**

Art. 5º A concessão de uso será revogada a qualquer tempo, observado o interesse público, notadamente em razão de:

I - Ausência de pagamento do preço da concessão de uso do espaço ou obrigações legais, por mais de 02 (dois) meses consecutivos, sem prejuízo de sua cobrança;

II - Descumprimento pelo concessionário das obrigações tributárias e/ou administrativas perante o Município;

III - Prática de conduta incompatível com o local ou com a manutenção da concessão;

IV - Descumprimento de quaisquer das obrigações impostas por lei ou regulamento;

V - Fechamento injustificado do espaço ou a inatividade por mais de 30 (trinta) dias;

VI - Cessão a qualquer título, total ou parcial, do espaço ou seu uso a terceiros;

VII - Alteração do ramo de atividade posterior à licitação.





# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

Art. 6º O fechamento da unidade para reformas ou modificações devidamente justificadas, fica condicionado à autorização expressa do Gestor do contrato de concessão, não podendo superar ao limite de 30 (trinta) dias.

#### **CAPÍTULO V DO RECADASTRAMENTO**

Art. 7º Será obrigatório o cadastramento do concessionário nos órgãos municipais bianualmente, no mês de janeiro, sendo necessário para este fim a apresentação de:

I - Comprovante de residência para a devida atualização de endereço do concessionário;

II - Inscrição cadastral anterior nos órgãos municipais, estaduais e federais, a fim de comprovar sua situação de regularidade e existência;

III - Certidão negativa de débitos municipais;

IV - Comprovações de pagamento da concessão e demais encargos, referentes ao exercício anterior;

V - 02 (duas) fotos recentes do(s) concessionário(s).

#### **CAPÍTULO VI DO PREÇO**

Art. 8º A concessão será processada mediante licitação, sagrando-se vencedor aquele que apresentar a melhor oferta e que seja do ramo pertinente à exploração, conforme definido no edital convocatório.

§ 1º A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, habitação e Meio Ambiente providenciará as avaliações do metro quadrado, de acordo com a área útil de todos os Boxes por meio de Comissão Especial de Avaliação.

§ 2º O valor do metro quadrado será fixado de acordo com a área útil de cada box, considerando-se a metragem destinada a depósitos proporcionalmente aquela destinada ao atendimento do público.

§ 3º O valor do metro quadrado será corrigido anualmente, observando-se o índice adotado pelo município para a atualização e correção monetária.

§ 4º Acaso o índice aplicado pelo município nos moldes do parágrafo acima, seja superior ao índice inflacionário, aplica-se o índice inflacionário do ano anterior.

§ 5º O pagamento pela exploração das atividades deve ser realizado todo dia 10 (dez) de cada mês, sendo que o não pagamento poderá ensejar o encerramento da exploração, nos moldes previstos na presente Lei.

Art. 9º O pagamento do preço da concessão de uso deverá ser feito até o décimo (10º) dia do mês subsequente ao mês de competência.





# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

Parágrafo único. Após a data do vencimento ficará sujeito, o concessionário a uma multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária do período.

#### **CAPÍTULO VII**

#### **DOS DEVERES E DAS OBRIGAÇÕES**

Art. 10. Os concessionários são obrigados a manter seus espaços em perfeito estado de passeio.

Parágrafo único. A limpeza das áreas comuns será mantida pela Prefeitura Municipal.

Art. 11. Os concessionários e seus empregados, sem exceção, serão obrigados ao uso de uniformes limpos e adequados às normas de higiene e segurança.

Art. 12. São deveres dos concessionários, além de outros previstos nesta Lei ou regulamento:

I - Manter em local visível a licença para funcionamento e o número de cadastro no Município;

II - Usar de urbanidade no tratamento com o público, concessionários e servidores;

III - Comercializar apenas os produtos relativos ao ramo de sua atividade e para os quais detenha licença;

IV - Colocar em local visível o preço da mercadoria.

Art. 13. É proibido na Rodoviária Municipal apregoar mercadorias ou chamar a atenção para os seus espaços por meio de campanhas ou qualquer outro meio poluidor, ressalvada a colocação de preços nas mercadorias.

Art. 14. Ocorrendo a vacância de box e/ou surgimento de novos outros, bem como a necessidade de destinação de área livre no local a comércio, observar-se-á o procedimento de nova licitação, respeitando sempre o interesse público em relação ao ramo de atividade que será destinado a ocupar o espaço, o qual será deliberado pelo Prefeito Municipal.

Art. 15. Os concessionários são responsáveis pelos seus empregados quanto ao cumprimento da legislação em geral.

#### **CAPÍTULO VIII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

Art. 16. As empresas e pessoas que vierem a ocupar os boxes da Rodoviária Municipal terão, a partir da assinatura do contrato de concessão a que se refere este capítulo, assegurados os direitos de exploração de suas atividades pelo prazo de 10 (dez) anos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, a Administração Municipal realizará a concessão dos boxes da Rodoviária Municipal através do devido processo licitatório.

§ 2º Para regularização formal do cadastro imobiliário municipal, as pessoas físicas e jurídicas que vencerem a licitação deverão procurar Secretaria Municipal do Trabalho e Indústria Convencional para obterem o Alvará de Funcionamento, não sendo apresentado o respectivo alvará obrigatório para a atividade no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de concessão, este será rescindido.

§ 3º A utilização do "box" somente será autorizada após a apresentação do respectivo alvará de funcionamento.

#### **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará e suprirá eventuais omissões da presente Lei, no que couber, através de Decreto.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO  
BORBA, ESTADO DO PARANÁ, em 20 de  
setembro de 2022.**

  
Marcio Artur de Matos  
**Prefeito**